

**13º Fórum da Internet no Brasil  
Uberlândia (MG)**

**Relatório final - Workshop**

**Título**

**MULHERES NO CIBERESPAÇO: A VISIBILIDADE E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA INTERNET**

**Temas:**

Gênero, Cidadania Digital, Discurso de Ódio.

**I. PROPONENTES E CO-PROPONENTES**

**Proponente:** Brisa Silva Bracchi, setor governamental, Câmara Municipal de Natal/RN.

**Co-proponente:** Mariana de Siqueira, setor empresarial, Advocacia Privada.

**II. PALESTRANTES, MODERADOR(A) E RELATOR(A)**

Palestrantes:

***Brisa Bracchi***

*Setor governamental, Câmara Municipal de Natal/RN*

Brisa Bracchi é a mulher mais jovem da história de Natal eleita para a Câmara. Em 2021, foi a vereadora mais produtiva e, posteriormente, ganhou o Prêmio Parlamentar Destaque 2022. É estudante de História na UFRN e técnica em Controle Ambiental pelo IFRN. Feminista da Marcha Mundial das Mulheres, militante do Enegrecer (Coletivo Nacional de Juventude Negra), iniciou sua trajetória na política em 2014 no movimento estudantil junto à Kizomba. Brisa foi Diretora de Mulheres da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e Coordenadora Geral do Diretório Central de Estudantes (DCE) da UFRN.



### **Mariana de Siqueira**

*Setor empresarial, Advocacia Privada*

Advogada. Doutora em Direito pela UFPE. Professora Adjunta do Departamento de Direito Público da UFRN. Presidente do IPTECS (Instituto Potiguar de Tecnologia e Sociedade). Coordenadora do Grupo de Pesquisa DEFEM (Direito, Estado e Feminismos), Coordenadora do GEDI (Grupo de Estudos do Direito Público da Internet e das Inovações Tecnológicas).

### **Márjory da Costa-Abreu**

*Comunidade científica e tecnológica, Sheffield Hallam University*

Márjory Da Costa-Abreu é atualmente Professora no Departamento de Computação da Sheffield Hallam University (Reino Unido). Sua principal área de pesquisa é a inteligência artificial ética. Ela tem mais de 70 artigos científicos e supervisionou mais de 20 alunos de mestrado e doutorado. Também faz parte do conselho editorial do jornal IET Biometrics. Márjory é feminista e ativista pelas mulheres.

### **Natália Miguel Blanco**

*Terceiro Setor, Sempre Viva Organização Feminista (SOF)*

Natália Blanco é comunicadora social e jornalista (UMESP) trabalhando com comunicação feminista e popular. É militante da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e integrante da equipe da SOF - Sempre Viva Organização Feminista.

Moderadora:

### **Paloma Mendes Saldanha**

*Terceiro Setor, PlacaMãe.org*

Doutora em Direito pela UNICAP. Especialista em Direito e Tecnologia da Informação pela UCAM/RJ. Professora e Pesquisadora em Direito e Tecnologias na Universidade Católica de Pernambuco. Fundadora, Diretora e Consultora em Privacidade e Proteção de Dados na PlacaMãe.Org. Co-fundadora da REDITECH. Membro da govDADOS e do INPD.

Relatora:

### **Brenda Cunha**

*Terceiro Setor, ARTIGO 19*

Assessora no Programa de Acesso à Informação da ARTIGO 19. Cientista social pela Universidade Federal do Ceará, mestra em ciência política pelo IESP/UERJ. Pesquisa temas relacionados à liberdade de expressão, transparência pública e direitos digitais.

### **III. OBJETIVOS E RESULTADOS (PROPOSTOS E ATINGIDOS)**

- (i) Refletir sobre um marco conceitual que envolve os debates de discurso/práticas de ódio, cidadania digital e a luta/fazer político das mulheres;
- (ii) Promover a discussão sobre violência contra mulheres articulada com conceitos como direitos humanos, liberdade, cidadania digital e inclusão;
- (iii) Construir reflexões acerca de duas dinâmicas sociais distintas vividas por mulheres no ciberespaço:
  - a. Uma delas diz respeito à violência de gênero no ambiente virtual e;
  - b. A outra se refere à visibilidade que pautas feministas passaram a ter por meio da amplificação do debate através, especialmente, das redes sociais.
- (iv) Analisar estratégias de resistência e de visibilidade das iniciativas, pautas e atividades das mulheres no ciberespaço.

### **IV. JUSTIFICATIVA EM RELAÇÃO À GOVERNANÇA DA INTERNET**

Segundo estudo realizado pela Hootsuite e We are Social (2020), 66% dos 212,4 milhões de brasileiras/os são ativas/os nas redes sociais. Os impactos causados pelas ações nas redes deixaram há tempos de serem sentidos só por suas/seus usuárias/os e afetam diretamente todo o conjunto da sociedade. A internet ao mesmo tempo viabiliza, por vezes amplificando, a reprodução da estrutura patriarcal do nosso mundo; bem como visibiliza um conjunto de saberes, práticas, eventos e artefatos produzidos por e em prol da autonomia das mulheres. Essas discussões são intrinsecamente ligadas ao debate da governança na internet, porque é urgente que fortaleçamos uma rede em prol da igualdade de gênero e do bem viver entre homens e mulheres. O FIB, particularmente nos últimos anos, tem se destacado na construção de uma tradição de valorização do trabalho das mulheres e no combate à violência machista. Acreditamos ser oportuno manter esse movimento e fortalecer a auto-organização de mulheres dentro da ciência e tecnologia, de modo mais específico, na internet.

### **V. METODOLOGIA E FORMAS DE PARTICIPAÇÃO**

A discussão se desenvolveu no formato de mesa redonda, composta pelas palestrantes, com a participação da moderadora e intervenção da relatora.

- a) À moderadora coube o papel de condução dos debates, levantamento dos questionamentos de participantes e considerações iniciais e encerramento;
- b) À relatora coube a descrição de encaminhamentos identificados nas falas das palestrantes e público.

O tempo total da discussão foi de 1h30min, dividido da seguinte maneira:

- (i) 5 min para exposição inicial da moderadora;
- (ii) 32 min para exposição das palestrantes, consistindo em 8 min cada;
- (iii) 25 min para intervenções do público;
- (iv) 5 min de devolutiva para cada uma das palestrantes, totalizando 20 min;
- (v) 5 min para exposição da relatoria de encaminhamentos;
- (vi) 3 min encerramento pela moderadora.

## VI. SÍNTESE DOS DEBATES

<b>CONSENSOS</b>	<p><b>Dimensão paradoxal do ciberespaço</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• É positivo ao dar visibilidade e amplificar as pautas, ações e movimentos feministas e de gênero, fortalecer a mobilização social e como ferramenta de defesa dos direitos humanos</li> <li>• Tornou-se também um espaço de reprodução, atualização de velhas violências e criação de novas formas também, bem como tem sido utilizada como uma ferramenta de ampliação e capilarização das desigualdades já existentes.</li> </ul>
	<p><b>Diversidade:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Necessidade de que, ao considerar e lutar pelas pautas em defesa das mulheres, seja reconhecida toda a diversidade inerente (sexualidade, raça, idade, classe social, etc), reconhecendo-se o pluralismo e interseccionalidade envolvidos.</li> <li>• Necessidade de maior diversidade: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Entre os profissionais de tecnologia</li> </ul> </li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Nas bases de dados que integram os sistemas de inteligência artificial e algoritmos</li> </ul>
	<p><b>Formação ética e humana</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Entre os agentes do sistema de justiça</li> <li>● Entre os profissionais de tecnologia</li> </ul>
	<p><b>Feminismo:</b> tem muito a contribuir com a disputa e melhoria desses espaços</p>
	<p><b>Sistema jurídico:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>Desafios:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Atualizar a legislação atual, seja na perspectiva de gênero, como tecnológica;           <ul style="list-style-type: none"> <li>■ A regulação das plataformas é vista como uma das medidas para enfrentamento da violência política de gênero;</li> <li>■ Leis que combatam a banalização/naturalização da violência e o machismo recreativo contra a mulher;</li> </ul> </li> </ul> </li> <li>● <b>Avanços e conquistas observadas na última década:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Marco Civil da Internet</li> <li>○ Tipificação, definida em lei, de violência política de gênero</li> </ul> </li> </ul>
	<p><b>Educação digital</b> Letramento digital para equidade, diversidade e educação para cidadania.</p>
	<p><b>Autonomia, soberania popular e tecnológica como saída para o enfrentamento das violências</b> Alternativa à lógica e domínio econômico das corporações, que lucram com conteúdos extremistas, desinformativos e aprofundam as desigualdades e discriminações.</p>

<b>DISSENSOS</b>	<p><b>Dissenso em torno da adequação do termo viés algorítmico:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Por um lado, há a compreensão de que a denominação “viés algorítmica” seria inadequada, pois o viés seria das bases de dados, não dos algoritmos;</li> <li>• Por outro, argumenta-se que as tecnologias</li> </ul>
	<p><b>Necessidade de tipificar legalmente a categoria de estupro virtual:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• De um lado, compreende-se que, uma vez que a legislação já reconhece que estupro é toda prática ..., a especificação ‘virtual’ seria desnecessária, enfraqueceria o entendimento mais amplo consolidado na lei, vindo a ser um desserviço para os avanços conquistados.</li> <li>• Por outro lado, a especificação de “virtual” à prática de estupro realizada no ciberespaço é vista como necessária para que esse tipo de prática seja reconhecida enquanto realidade atual, incentivando, assim, a elaboração de medidas para seu enfrentamento. Argumenta-se que, de outro modo, tal prática tende a continuar sendo invisibilizada pelo sistema de justiça e tratada como se não existisse.</li> </ul>
	<p><b>Alternativas jurídicas de enfrentamento à violência de gênero pautadas na ampliação do punitivismo</b></p>

INTERVENÇÕES			
AUTORIA	TIPO DE MANIFESTAÇÃO	CONTEÚDO	CONSENSO OU DISSENSO
PANELISTAS			

Paloma M. Saldanha	Posicionamento	<b>Aponta o caráter paradoxal da Internet:</b> contribui para a promoção e ampliação das pautas de gênero e movimentos, assim como representa um espaço para prática de violências de gênero;	<b>consenso</b>
	Introdução	<b>Contextualização:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>● 2002 houve um aumento de todas as formas de violência contra as mulheres no país, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.</li> <li>● Apresenta dados sobre o perfil predominante das vítimas, com prevalência de mulheres pretas, de baixa escolaridade, com filhos e divorciadas, o que demonstra a relevância do recorte racial e de classe nesses resultados.</li> <li>● Aponta alguns fatores que explicam o aumento dessa violência: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ redução de investimentos e a precarização dos espaços de acolhimento às vítimas de violência;</li> <li>○ retrocessos provocados por forças conservadoras contrárias à igualdade de gênero em movimentos como Escola Sem Partido e no Ministério da Família (governo Bolsonaro).</li> </ul> </li> </ul>	<b>consenso</b>
	Posicionamento	<b>Elenca diversas formas de violência de gênero recorrentes nos meios virtuais e ou offline:</b> assédio, estupro, importunação sexual, compartilhamento não autorizado de nudes, misoginia, sextorsão, doxying, ciber stalking, cyber bullying, cancelamento exposing, linchamento virtual.	<b>consenso</b>
	Posicionamento	<b>Afirma como as redes sociais, online e offline, têm se entrelaçado para manter modelos mentais que beneficiam estruturas sociopolíticas e econômicas, tais como a cultura do machismo.</b>	<b>consenso</b>
	Posicionamento	<b>Aponta a banalização da violência como um padrão de comportamento</b> presente nas práticas de violência de gênero ocorridas na internet, responsável por levar a um sistema de garantias falho.	<b>consenso</b>

Brisa Bracchi	Posicionamento	<p>Faz uma contextualização de 2015 até 2022, destacando a evolução e fortalecimento da atuação e representação política das mulheres.</p> <p><b>Argumenta citando exemplos de contribuição da internet para a amplificação da pauta feminista e fortalecimento de movimentos</b>, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Em 2015, a Marcha das Margaridas, com mais de 100 mil mulheres ocupando Brasília; a luta contra os retrocessos pautados por Eduardo Cunha na Câmara dos Deputados contra o aborto; o fortalecimento da Primavera Feminista e a amplificação do alcance da #MeuPrimeiroAssédio.</li> <li>• Em 2018, o assassinato de Marielle como um dos acontecimentos políticos com maior repercussão na internet, seja no Brasil, como internacionalmente; além da repercussão do movimento Marielle Presente e das Sementes de Marielle;</li> <li>• Destaca números como um marco político para as mulheres, com o aumento de mais de 1400 mulheres eleitas, mais de 300 municípios passaram a ter pelo menos uma representação feminina.</li> </ul>	consenso
	Posicionamento	<p><b>Avalia o aumento da violência política de gênero como reação ao aumento da visibilidade alcançada pelas mulheres e da sua presença nos espaços de poder, que tradicionalmente tem seu modo de funcionamento baseado no patriarcado e no machismo.</b></p>	consenso
	Posicionamento	<p><b>Aponta formas e/ou efeitos da violência política de gênero:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Proibir, inibir ou neutralizar a presença das mulheres que adentram no parlamento. Ex.: parlamentares serem ameaçadas de terem seus mandatos cassados após realizarem denúncias contra outros parlamentares do campo conservador, como já ocorreu com ela após conseguir repercussão com um vídeo nas redes, além de outras parlamentares.</li> <li>• Invasão da vida privada das mulheres parlamentares, usada para fazer comentários pejorativos de suas vestimentas, entre outras observações,</li> </ul>	consenso



		<p>diferente do que ocorre com os homens, para deslegitimar / desqualificar seu posicionamento, e desvirtuar o que é a agenda política que está apresentando.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Em razão dos inúmeros e constantes ataques sofridos, essas mulheres deixam de acessar suas redes sociais para preservar a sua saúde mental, limitando seu direito de usufruir desse espaço de comunicação. Dados apontam que durante a campanha, candidatas chegam a receber cerca de 40 ataques por dia.</li> <li>• Ameaça à liberdade de expressão e ataque à democracia, uma vez que prejudica a atuação de representantes legitimamente eleitas:</li> </ul>	
	Proposta	<p>A forma como o tratamento de dados e uso dos algoritmos é um debate presente dentro da agenda feminista, pois atravessa a vida das mulheres, as colocando como produtos, capitalizando seus dados.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Feminismo e consentimento.</b> Demanda que a forma de obtenção de consentimento para o tratamento de dados pelas plataformas seja baseado em uma perspectiva feminista, isto é, mais enraizado em algo mais sólido, ao invés de apenas um clique de concordância dos seus termos e condições.</li> <li>• <b>Transparência nas plataformas digitais.</b> Aponta a necessidade de mais transparência sobre o que de fato está sendo consentido e sobre as práticas das plataformas.</li> </ul>	
<b>Mariana de Siqueira</b>	Posicionamento	<p><b>Destaca a dinâmica paradoxal presente na Internet.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Por um lado, apresenta-se como um espaço de reprodução de violência sexista e de violação de direitos. Algumas violências são novas (deep fake), outras, mais antigas, se reinventaram (calúnia, difamação, etc); Ressalta como as desigualdades se reproduzem e se capilarizam no ciberespaço.</li> <li>• Por outro, é apropriada como instrumento de concretização de direitos humanos.</li> </ul>	<b>consenso</b>

		<p><b>Destaca dois conceitos básicos que guiam a discussão:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>Mulheres:</b> categoria única como se fosse algo que englobasse toda uma diversidade de individualidades e especificidades.</li> <li>● <b>Interseccionalidade</b>, múltiplos fatores de desigualdade (negra, trans, pcd). <ul style="list-style-type: none"> <li>○ <b>Avalia como fundamental ficar atenta a essas diferenças</b></li> </ul> </li> </ul>	<b>consenso</b>
		<p><b>Aponta alguns avanços no campo jurídico:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Lei aprovada desde 2021 que tipifica violência política de gênero como crime, amplia a penalidade da violência política de gênero ocorrida na internet. <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Avalia que a legislação está atenta à contemporaneidade, pois reconhece a gravidade da agressão no ciberespaço, em razão do seu potencial de escala e não esquecimento. <ul style="list-style-type: none"> <li>■ Considera a individualidade das mulheres em concreto. Se é praticada contra uma mulher negra, idosa, gestante ou pcd, por exemplo, levando a um incremento da sanção.</li> </ul> </li> <li>○ Verifica também a atualização de leis antigas, como os crimes contra a honra, que existem há décadas, mas passam a ter punição mais severa quando ocorrem no ciberespaço.</li> </ul> </li> </ul>	
	Propostas	<p><b>Perspectiva jurídica</b></p> <p><b>Necessidade de atualizar legislações antigas, tanto no que diz respeito à tecnologia quanto à gênero, tais como:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>Estupro virtual:</b> <b>Necessidade de atualizar a legislação para que reconheça essa categoria e medidas para seu enfrentamento sejam estimuladas.</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Historicamente, no direito, o estupro demanda um contato concreto que envolve uma pessoa para que ela pratique ato sexual ou algo de conotação libidinosa.</li> </ul> </li> </ul>	<b>dissenso</b>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Novas hipóteses jurídicas passam a reconhecer como estupro virtual práticas ocorridas nas redes sociais para constranger quem está do outro lado na tela, inclusive crianças e adolescentes, para praticar algo para fins de lascívia. Já ocorreram ações e condenações nesse sentido, contudo, houve mudança da decisão.</li> <li>○ Professores de direito penal têm resistência a reconhecer essa forma de violência</li> </ul>	
		<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>Marco Civil da Internet.</b> Demanda atualização depois do desenvolvimento dos problemas nas redes sociais.</li> <li>● Destaca que, assim como há a necessidade de atualizar a legislação contra o racismo recreativo, também deve-se contemplar os recortes de gênero, incidindo sobre o machismo recreativo.</li> </ul>	
		<p><b>Observa que há uma tolerância a um sexismo hostil recreativo no sistema de justiça, o que demanda a importância de atualizar os agentes humanos que operam o sistema</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Necessidade de melhorar a formação desses agentes tanto em matéria de tecnologia como nas discussões de gênero.</li> <li>● Muitos dos profissionais que atuam no direito não cursaram direito digital, necessitando atualizar e apreender os saberes tecnológicos.</li> <li>● Necessário para melhorar a equidade no sistema de justiça.</li> </ul>	<b>consenso</b>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>Considera que o direito não dá conta de tudo, havendo a necessidade de políticas públicas com outros recortes, a exemplo de políticas que envolvem longo prazo, como educação para equidade de gênero, necessidade de mais mulheres na tecnologia, qualificação profissional específica dos profissionais do direito no ensino de ética, filosofia e direitos humanos.</b></li> </ul>	<b>consenso</b>

Márjory da C. Abreu	Introdução	<p><b>Explicação inicial: tecnologia como nada milagroso ou excepcional</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• automação: uso para substituir processos com início, meio e fim bem definidos, entradas e saídas iguais.</li> <li>• IA: muito confundido com a automação, que não é inteligente, pois segue um conjunto fixo de saídas que nunca muda, enquanto a IA pode ter saídas diferentes.</li> </ul> <p><b>Ciberespaço é algo muito maior do que as redes sociais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Redes sociais: uso de muitos algoritmos de IA. Muito fluxo de informações, perde um pouco o controle de quais são as interações que estão ocorrendo, devido a complexidade do sistema e da grande quantidade de dados. Tem muitas IAs rodando, podem estar interferindo umas nas outras, podendo criar saídas inesperadas.</li> </ul>	
	Posicionamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Algoritmos desenvolvidos majoritariamente por homens brancos, héteros, de classe média, tipicamente machistas, bem dentro do estereótipo que vê a mulher como objeto.</b></li> <li>• Esse perfil tem impacto no desenvolvimento de sistemas de inteligência artificial, <b>pois essas pessoas criam bases de dados enviesadas, modelos enviesados, sobre as quais os algoritmos vão operar.</b> Esses vieses reproduzem todo o machismo, racismo, lgbtfobia observadas na sociedade.</li> <li>• <b>Sendo assim, os algoritmos ajudam a propagar esse tipo de comportamento, sendo o grande elemento que não permite evoluir no efetivo combate ao discurso de ódio contra as mulheres.</b></li> </ul>	consenso
	Posicionamento	<p><b>Acha inadequada a expressão discriminação algorítmica porque o que estaria discriminando não são os algoritmos, mas as bases sobre as quais operam.</b></p>	dissenso

		<p><b>Pesquisa IA ética (ética by design): alternativa para buscar minimizar o impacto negativo dessas tecnologias.</b> Pontua que atualmente existem metodologias bem definidas que incorporam a ética no momento da criação dos algoritmos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Isso já está sendo ensinado em algumas universidades, embora não seja ainda algo abrangente. <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Pontua como um problema nesse sentido o fato do desenvolvimento de sistemas não ser uma atividade regulamentada, havendo muitos desenvolvedores sem essa educação formal, e, portanto, sem acesso a essa formação.</li> </ul> </li> </ul>	
	Proposta	<p><b>Diversidade.</b> Necessidade de mais diversidade entre os profissionais de tecnologia, com a presença de mais mulheres em todos os cargos, seja desenvolvimento, cargos de liderança, etc.</p>	<b>consenso</b>
	Proposta	<p><b>Pesquisa e desenvolvimento de ferramentas de IA por mulheres.</b> Aponta exemplos de alunas que tem desenvolvido sistemas voltadas para identificação automatizada de discurso de ódio, a fim de confrontar a inação das big techs e seu argumento de que não é possível combater o problema nas redes.</p>	
Natália Blanco	Proposta	<p><b>Mundo livre de violências: somente é possível por meio da autonomia e soberania popular</b></p>	<b>consenso</b>
	Proposta	<p><b>Propostas feministas e comunitárias.</b> Do ponto de vista do feminismo popular engloba um conjunto de relações sociais, na dimensão das relações humanas e não-humanas, também relacionada com a soberania comunicacional.</p>	
	Posicionamento	<p>A internet, a comunicação e o feminismo também são espaços em disputa. <b>Os valores impostos nesses sistemas e tecnologias promovem a atualização de opressões</b></p>	<b>consenso</b>

		antigas, tais como a exploração dos territórios, afeta o cotidiano das mulheres (por meio da objetificação dos seus corpos e subjetividades), faz a cooptação dos espaços e induzem à individualização das lutas e dos discursos como forma de dominação	
	Posicionamento	<b>Compreende o ciberespaço mais do que uma ferramenta para visibilizar as lutas, pois são também ferramentas para organização e mobilização.</b>	<b>consenso</b>
	Proposta	<b>Inclusão das mulheres no saber e fazer tecnológico a fim de confrontar a narrativa de que são neutras.</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Mulheres foram apartadas do fazer e pensar tecnologicamente, isso é uma construção histórica - necessidade de entender como essas tecnologias funcionam, como chegam nas nossas vidas, para fazer a disputa de narrativa de que não são espaços neutros.</li> </ul>	<b>consenso</b>
	Proposta	<b>Luta por tecnologias emancipadoras, livres e comunitárias.</b> Na prática, significa enfrentar sistemas racistas, que colocam o lucro acima de tudo.	
	Proposta	<b>Criação de espaços de aprendizado e reflexão para pensar os usos das tecnologias e desenvolver propostas concretas de ação e como colocar os princípios feministas em prática.</b> A SOF tem atuado em parceria com o Maria Lab e Marcha das Mulheres criando espaços de aprendizado e reflexão, entre eles, acerca do uso das tecnologias e plataformas para pensar em como colocar os princípios feministas na prática, o que inclui pensar os cuidados digitais, práticas de segurança (tanto em nível coletivo, como individual). <ul style="list-style-type: none"> <li>Exemplo concreto: quando agricultoras do Vale do Ribeira (RAMA - Rede agroecológica de mulheres agricultoras) decidem construir infraestrutura digital no Quilombo Terra Seca para ter acesso à conectividade e à comunicação.</li> </ul>	

	Proposta	<b>Regulação de Plataformas e democratização dos meios de comunicação.</b> É um debate caro no movimento feminista popular, pois partem da máxima de que todas são comunicadoras, com capacidade de produzir e difundir conteúdo.	
	Proposta	<b>Sistematização de conhecimentos e experiências práticas voltadas para soberania tecnológica e comunicacional.</b> Convida a todos acessarem a página da SOF para ter acesso ao resultado de um processo de formação que buscou sistematizar experiências no campo dos movimentos populares que vem pensando o tema da soberania tecnológica e comunicacional. Lá estão também elencadas algumas experiências práticas.	
<b>INTERVENÇÕES - PÚBLICO</b>			
<b>Paulo Rená - Aqaltune Lab/ IRIS</b>	<p>Para Mariana</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Sobre o estupro virtual: convidar a não usar mais o termo estupro virtual. Houve uma mudança jurídica que o estupro não precisa mais da conjunção carnal, já se configura pela ameaça, não só pela</li> <li>- É uma qualificação jurídica e tecnológica - pode gerar desserviço da gravidade desse tipo de conduta, que esbarra a visão anterior do que é estupro. <ul style="list-style-type: none"> <li>- Réplica Mariana: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ressaltar que há a possibilidade de acontecer o estupro no ambiente virtual, necessidade de reforçar a ideia, pq o que não é nomeado é como não se existisse.</li> <li>- A legislação é de 2009, permitia que o ato libidinoso tb fosse considerado estupro. É tb usada para fundamentar que existe estupro no ambiente virtual. As violências se reinventam e podem acontecer no ciberespaço.</li> </ul> </li> </ul> </li> </ul> <p>Para Márjory: não é exatamente verdade que os algoritmos não são enviesados, apenas as bases. Para rená a tecnologia tb é racista - exemplo da kodak.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Réplica Márjore:</li> </ul>	<b>dissenso</b>	

	<p>- Reforça que o viés está na prática humana, no uso, ela não decide, ela tem códigos matemáticos - quem é racista é o desenvolvedor.</p>	
<p><b>Letícia - Youth/ USP</b></p>	<p>Repercute a proposta da Mariana acerca da necessidade de políticas públicas como medidas necessárias para o combate à violência contra as mulheres e questiona as panelistas sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Como a gestão atual governamental pode garantir o combate a essa violência.</b></li> <li>• Pontua que no próximo ano entrará em vigor o novo <b>PPA</b>, que além de orientar programas federais também prevê a previsão orçamentária deles. <b>Como esses mecanismos executivos podem orientar a garantia dessas políticas?</b></li> <li>• Quanto à sociedade civil, questiona a visão das panelistas sobre <b>como o movimento feminista pode se movimentar politicamente para pressionar a formulação dessas políticas</b></li> </ul>	
<p><b>Brena/ Prof. da rede estadual de MG</b></p>	<p>Retoma a discussão entre Paulo Rená e Márjory sobre as tecnologias não serem racistas, mas uma reprodução do racismo de quem os desenvolve.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pontua práticas de usuários de tentar influenciar os algorítmicos não agirem de forma racista seguindo páginas negras, mas continua não sendo suficiente. A sensação é de que a IA ainda é racista, fica a dúvida se ela não seria mesmo e se é possível isentá-las.</li> </ul>	<p><b>dissenso</b></p>
	<p>Questiona sobre a possibilidade de outras alternativas, para além da via legislativa, que possam orientar as IAs e seus algoritmos para uma experiência na rede que não afete os direitos fundamentais.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Levando em conta as limitações das alternativas no campo legal, o que poderia ser feito dentro do campo da computação? O que poderia ser feito antes de se chegar à realidade atual, que é fruto de escolhas?</li> </ul>	
<p><b>Milena/ Curitiba PR / Youth</b></p>	<p>Reforça a tendência das legislações de combate à violência de gênero seguirem para o campo do direito penal, tais como a lei da violência política de gênero, a Lei Maria da Penha e a lei do feminicídio.</p> <p>Também destaca como a “<b>condição do sexo feminino</b>” é muito usada ao longo do texto da lei, avaliando esta expressão como uma tentativa excluir mulheres trans, a despeito de na prática ela não exclua.</p>	



	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Considerando a insuficiência do direito penal e de como ele é falho, questiona: <b>o que é possível fazer para que esses conceitos e entendimentos abranjam mais mulheres, nas suas pluralidades?</b></li> <li>• Também questiona: <b>o que é possível ser feito fora do Direito Penal? Que outras iniciativas podem ser compartilhadas para que seja possível pensar em caminhos que não sejam só a criminalização?</b></li> </ul>	
<p><b>Lai Almeida/ Maria Lab</b></p>	<p>Divulga iniciativa desenvolvida pelo Maria Lab:  <b>Disponibilização de uma linha de ajuda em segurança digital feita por feministas do Brasil, que atende a América Latina e tem uma perspectiva feminista.</b></p> <p>O atendimento não se restringe a um atendimento automatizado, vão ser pessoas que efetivamente estão pensando o cuidado digital e a segurança. Reconhece a necessidade de acolhimento, devido estarmos cada vez mais vulnerabilizadas, como a virtualização marca nosso corpo, gera ansiedade, e como ficamos sem sair de casa, com mania de perseguição. <b>Mais informações, acessar <a href="http://www.mariadaajuda.org">www.mariadaajuda.org</a></b></p>	
<p><b>Gustavo/ Natal (RN)</b></p>	<p>Repercute a analogia da Brisa sobre o meio digital como uma rua escura. Destaca como as cidades são “carrocênticas”, criando ruas escuras. Ruas mais seguras tem mais pessoas andando na rua, com transporte público acessível, comércio ativo, o que ajuda a ter mais olhos na rua e a reduzir crimes.</p> <p><b>A partir dessa analogia, questiona: quais são as tecnologias que usamos na internet que criam esses ambientes inseguros?</b></p> <p>Embora considere a misoginia arraigada na sociedade como um fator explicativo, avalia que esse ambiente também seria fruto das redes sociais em si, da maneira como elas são estruturadas, por usarem o engajamento das pessoas para gerar. Questiona até que ponto o modelo do negócio é viciado para gerar esse tipo de ódio.</p>	
<p><b>Júlia / Youth</b></p>	<p><b>Salienta a questão não apenas de quem desenvolve o código, mas também quem comercializa os códigos.</b></p>	

	<p>Menciona a iniciativa desenvolvida por Jane Olsen, da GLAAD, que possui um senso de mídias inclusivas, a saúde das mídias sociais, tipificando e quantificando a interação dessas mídias, das pessoas e das empresas.</p> <p>Analisa a imagem externa dessas mídias, ou como a venda do produto delas pode ser enviesada.</p> <p>Tik Tok foi um caso que menos deu problema para elas, mas também para aqueles que difundem misoginia. Cita o caso da Arábia Saudita, que solicitou remoção de conteúdo de mulheres devido às suas vestimentas.</p> <p><b>Destaca como a cultura da empresa e a forma como vendem os seus produtos são importantes.</b></p>	
<b>PAINELISTAS - CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>		
<p><b>Brisa B.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quando se fala em violência política, aponta como saída para os agressores, dentro ou fora da rede, a responsabilização.</li> <li>• Necessidade disso fazer parte da agenda feminista, da agenda de mobilização dos movimentos sociais, do PPA.</li> <li>• É fundamental trazer a perspectiva de educação digital para o centro do debate, que deve ser cada vez mais popularizado, não pode ser um debate apenas para quem tem o privilégio de ter acesso e a oportunidade a esses conhecimentos. Sua popularização deve partir da base da educação;</li> <li>• Necessidade de trazer para o centro do debate a questão da soberania Popular e da comunicação para enfrentar a soberania corporativa.</li> <li>• São as tecnologias sociais, os software livres, debates profundos sobre a construção da internet que podem nos dar pistas e estratégias da construção de uma internet que não use os nossos corpos, as nossas vidas como produto, que não explore e aprofunde a exploração das mulheres, nem crie ambientes de reprodução da violência contra as mulheres.</li> <li>• O movimento de mulheres representa uma resistência histórica, centenária e milenar. O feminismo popular compreende a internet como um dos campos em disputa.</li> <li>• A violência ocorrida nas redes é real, se estende e impacta a vida fora das redes. Relatar ter se mudado do condomínio que morava devido às ameaças recebidas pela internet.</li> </ul>	

<p><b>Márjory</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em relação à pergunta sobre racismo no instagram feita pela Brena, reforça que a ação de uma única pessoa para mudar a forma de recomendação da rede não é suficiente, pois se baseiam no comportamento padrão das pessoas que têm características demográficas como a sua, gênero, classe e das pessoas que você interage.</li> <li>• Defende que não deveria ser permitido que as empresas ganhem dinheiro por conteúdo recomendado</li> <li>• Cita o exemplo da plataforma de rede social Mastodon, que não tem algoritmo de recomendação. A pessoa só vê as coisas que as pessoas seguem, não existe filtro, nem refinamento.</li> </ul>	
<p><b>Natália</b></p>	<p>Respondendo à Letícia, aponta algumas frentes de atuação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Educação popular e formação política, para fazer a apropriação dos saberes; espaços como esse fórum, mas também nas comunidades, coletivos e territórios, onde tem as realidades concretas;</li> <li>• A mobilização, ocupar os espaços na rua, também é importante, foi o que permitiu tirar o Bolsonaro do poder.</li> <li>• Ocupar os espaços de participação social, como os Fóruns e conferências Nacionais.</li> <li>• Fazer a conjunção entre os movimentos e universidades.</li> </ul>	
<p><b>Mariana</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sobre a intervenção da Letícia: concorda que é fundamental destacar a importância de direcionar orçamento para as políticas públicas, para ações de abrangência nacional, macro.</li> <li>• Sobre a crítica da Milena, concorda que há um populismo penal e que ele não dá conta. Defende como outras alternativas a educação, que oferece resultados no longo prazo; educação formal nas instituições, educação popular e letramento digital para equidade, diversidade e educação para cidadania.</li> <li>• Sobre o ponto trazido por Gustavo, concorda com a crítica sobre o modelo de negócio das plataformas e defende a necessidade de atualização do Marco Civil da Internet.</li> </ul>	